

Governo federal propõe ajuda de emergência aos estados

Divisão Pública
- 4 OUT 1995 - 4 OUT 1995 O GLOBO

REGINA ALVAREZ E ANGÉLICA
WIEDERHECKER

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Pedro Malan, acenou ontem, em depoimento no Senado, com três alternativas de ajuda emergencial aos estados com problemas financeiros. Disse que a Caixa Econômica Federal poderá liberar empréstimos com recursos do FGTS para cobrir operações com ARO (Antecipação de Receita Orçamentária); previu a possibilidade de empréstimos externos junto ao Bird e Bid; e admitiu renegociar as dívidas das empresas estaduais do setor de habitação, com

prazo de 30 anos e juros de 6% ao ano.

Malan e o ministro do Planejamento, José Serra, foram convocados pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para falar sobre a dívida dos estados e municípios. Eles apontaram os gastos com pessoal como o principal responsável pela deterioração das finanças estaduais e municipais e deixaram claro que a solução definitiva do problema passa pela reforma administrativa. O ministro da Fazenda pediu apoio dos senadores para a aprovação das reformas no Congresso.

— A situação dos estados é

muito grave. E não se deve à transferência de recursos dos estados para a União, nem ao desempenho mediocre de suas receitas. Ao contrário, as transferências têm crescido como nunca. As receitas também — afirmou o ministro Serra.

O ministro Malan ressaltou que a negociação das dívidas com os estados será feita caso a caso. Em troca da renegociação, o Ministério da Fazenda vai exigir um programa de ajuste dos estados e municípios. O ministro do Planejamento disse que o Governo está disposto a oferecer incentivos para estimular a privatização de empresas esta-

duais.

Em relação à possibilidade de empréstimo junto à CEF, Malan disse que o Ministério da Fazenda vai considerar a capacidade de pagamento de cada estado. As dívidas decorrentes de operações de ARO são um dos principais problemas dos estados. Elas cresceram 100% de janeiro a agosto, comparado com o mesmo período de 94, segundo o ministro Malan. Em julho, o total dessas dívidas chegava a R\$ 2,5 bilhões. A maioria desses empréstimos foi obtida junto a bancos privados, com garantia da receita do ICMS e os juros chegam a 10% ao mês.